

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS  
Curitiba-PR - Brasil

---

FACÇÕES “ARTESANAIS”: UM ESTUDO SOBRE AS TRABALHADORAS SUBCONTRATADAS  
DO ALTO DO MOURA EM CARUARU-PE

**Elisa Cristina Moraes de Lima** (UFPE) - elisa\_sbu@hotmail.com  
*Graduanda em Administração*

**Ana Márcia Batista Almeida Pereira** (UFPE)

## 1 Introdução

Segundo o dossiê do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Comunidade do Alto do Moura está situada no Agreste Pernambucano, em um dos bairros pertencentes ao município de Caruaru. O bairro, localizado a 7 km do centro de Caruaru, possui proximidade com o Rio Ipojuca e com a BR 232, e o nome Alto do Moura originou-se a partir da família de um português chamado Moura, que era o proprietário das terras circundantes da região.

A partir do estudo de Lima (2001), verificamos que, até a metade do século XX, a confecção de cerâmicas de barro no agreste de Pernambuco era feita, em sua maioria, por habitantes das zonas agrícolas e das proximidades do Rio Ipojuca. As artesãs desse período reproduziam técnicas que se assemelhavam às encontradas na tradição indígena, caracterizando a produção como de finalidade utilitária. Segundo Silva (2007), tratava-se de peças que possuíam uma serventia para uso doméstico, como panelas, jarros, pratos e potes. Lima (2001) ainda discorre que a atividade ceramista era um trabalho desempenhado por mulheres e crianças, e que ocorria no meio doméstico para o consumo familiar, embora o pequeno excedente de produção tivesse objetivo comercial.

A pesquisadora relaciona uma série de fatores sociais, geográficos e históricos que culminaram para que houvesse o desenvolvimento do artesanato em barro na comunidade. Ao nos depararmos com a ascensão histórica do artesanato figurativo no bairro, no entanto, verificamos que o aumento nesta produção também está intimamente ligado à mudança do Mestre Vitalino para o local.

A nossa discussão, porém, não entrará nas diversas faces que a produção em barro pode assumir, tendo sido observadas por diversos pesquisadores nas áreas de multimeios, contabilidade, artes, ciências humanas e sociais, sendo estes Lima (2001), Lima et al. (2014), Vitorino (2013) e Ferreira (2015), respectivamente. A partir do estudo apresentado por Gonçalves e Almeida (2013), constatou-se a presença de uma transformação nas forças produtivas e nas relações de produção no local. Os pesquisadores identificaram que um grupo de trabalhadores surgiu, a partir dos anos 2000, como subcontratados dos artesãos, e que nos remete a um processo mais amplo de flexibilização das relações de trabalho, que parece adentrar ao bairro.

A partir de incursões exploratórias realizadas em campo, notou-se a existência da externalização do processo produtivo nas etapas da modelagem, cuja atividade é realizada por trabalhadores do torno, do processo de queima e de pintura das peças. Nesta última fase, nota-se algo recorrente no relato dos moradores do bairro, que é a presença feminina sobressair-se na atividade, destacando-se também pelo fato de ser realizada no domicílio, embora a organização da produção conecte o espaço do trabalho ao domiciliar nas outras etapas.

Vale salientar que, neste texto, o local onde a pintura da peça é realizada será intitulado como “facção artesanal”. A utilização do termo “facção” decorre do empréstimo da nomenclatura utilizada dentro do segmento das confecções para caracterizar a unidade produtiva responsável apenas por uma etapa do processo produtivo (SEBRAE, 2013).

A partir do que foi apresentado até o momento, este artigo se propõe a estudar as condições de trabalho das mulheres subcontratadas envolvidas na produção artesanal do Alto do Moura, procurando caracterizar as jornadas de trabalho; a renda dessas trabalhadoras e como se desenvolve o processo de trabalho nas unidades produtivas, chamando atenção para as desigualdades de gênero, principalmente no acúmulo do trabalho produtivo com o reprodutivo para as mulheres (Cf. HIRATA, KERGOAT, 2007). Por meio do estudo apresentado por Faria e Silva (2017) que nos insere em uma

perspectiva de análise dos trabalhos sobre artesanato dentro dos estudos organizacionais nos últimos anos, demonstrando a ênfase das pesquisas em relação às maneiras diferenciadas de se pensar a gestão, porém o que notamos ao ter acesso a esses trabalhos é a ausência de debates tendo como base uma abordagem sobre a divisão sexual do trabalho na atividade artesanal e as respectivas condições de trabalho das mulheres.

Com vistas a atingir o objetivo proposto, o texto está organizado em quatro capítulos, sendo o primeiro, esta introdução; o seguinte, inclui o debate teórico dividido em três seções voltadas para a discussão sobre o artesanato no Alto do Moura, as transformações recentes no mundo do trabalho, com ênfase na flexibilização das relações de trabalho; trabalho feminino e divisão sexual do trabalho. Posteriormente, é feita breve caracterização dos procedimentos metodológicos; na sequência, a discussão dos resultados e, ao final, algumas considerações.

## **2 Referencial Teórico**

### **2.1 Artesanato Caruaruense - Breve Histórico sobre a ascensão do artesanato figurativo no Alto do Moura**

Lima (2001) estabelece alguns fatores que propiciaram o desenvolvimento do artesanato com barro no Alto do Moura, dentre os quais estão: a grande quantidade da matéria prima no local, resultante da proximidade com o Rio Ipojuca; a própria tradição na produção de peças utilitárias, as questões ambientais e econômicas que se desenvolviam na região, sendo o comércio das peças utilitárias, no período da seca, tornando-se uma alternativa econômica para complementar a renda familiar daqueles agricultores locais; as diferenças existentes entre o preço da porcelana e dos utilitários de barro, não permitindo que as camadas populares fizessem uso daquele produto; a feira de Caruaru, ao se configurar como local onde se estabeleciam as relações comerciais, a autora argumenta que no início do século XX a feira de Caruaru começou a desenvolver-se como um importante veículo para negociação local, ao atrair compradores e visitantes da região e do estado, as ceramistas do bairro viram na feira a possibilidade de comercializar suas peças e conseqüentemente aumentar a renda familiar.

A produção do Alto do Moura, passa a assumir, porém, uma nova face, destacando-se no meio figurativo quando, segundo Vitorino (2013), ocorre a mudança do Mestre Vitalino para a região. Ele já era conhecido por comercializar na feira suas peças, sendo estas representações de animais, retirantes, trios nordestinos, bandas, grupos de tímpanos e figuras humanas. As obras de Vitalino eram reflexo do seu cotidiano e Silva (2007) caracteriza as peças figurativas como uma reprodução da realidade vivida ou imaginada pelo artesão, o que podemos constatar ao verificarmos as produções de Vitalino. Com a chegada do artesão, em 1948, ocorre o que podemos classificar como uma “escola de artesãos”, conforme destaca Lima (2001, p. 80): “com a chegada de Vitalino ao Alto do Moura, abriu-se uma nova perspectiva para essa comunidade. A fama entre a classe erudita, conquistada através da imprensa escrita, facilitava de certa maneira a comercialização de seus bonecos e já atraía a sua casa colecionadores (...)”.

A autora também estabelece uma conexão direta entre a inserção dos demais moradores na produção figurativa com as dificuldades de manutenção da lavoura nos períodos de seca e com o valor monetário atribuído aos bonecos, se comparado às peças utilitárias. Os moradores começam, então, a fazer uso de sua experiência com o manuseio

do barro para desenvolverem sua capacidade de produção figurativa, fazendo com que gradativamente o Alto do Moura se tornasse um centro de arte figurativa.

Tomando como base o debate acima e os conceitos a este referidos, quando analisamos o processo de produção na atividade artesanal no Alto do Moura, constatamos a existência de quatro atividades principais abordadas por Gonçalves (2013) da seguinte forma: modelagem, esta caracteriza-se como a atividade que dá início ao processo produtivo, o artesão faz uso de utensílios disponíveis no ambiente ou oriundos de sua criação para auxiliá-lo no desenvolvimento da criação; secagem, após a concepção da peça a mesma fica durante um determinado período de tempo em um ambiente fresco para que possa passar pelo processo de secagem; queima, esta ocorre quando a peça é levada ao forno, onde o tempo de permanência no local está associado ao seu tamanho; por fim, a pintura, sendo esta atividade desenvolvida de acordo com a natureza da peça e a sua representação. Os trabalhadores denominados subcontratados podem ser identificados em três destas etapas, que são a modelagem, queima e pintura.

## 2.2 Mudanças recentes no mundo do trabalho

A partir do exposto, este artigo se desenvolverá sob a perspectiva de alguns conceitos centrais, que se sobressaem ao longo da pesquisa. Tomaremos como ponto inicial o pensamento marxiano ao compreender todo trabalho como dispêndio de força de trabalho humana com o objetivo de transformar a natureza, a si próprio, tendo no seu sentido concreto a produção de valores de uso.

O parâmetro-base para nortear esta pesquisa serão as relações sociais de produção sob o capitalismo, no período após a crise do fordismo, que ocorreu no início dos anos 1970 nos países centrais e derivou, a partir disto, transformações de caráter sistêmico, que estão ainda em curso e atingiram em cheio os países periféricos, a exemplo do Brasil. Este conjunto de mudanças tem envolvido a base tecnológica e organizacional do processo produtivo, bem como aquelas referidas às dimensões políticas, sociais e econômicas (HARVEY, 2010). O processo de produção vem se transformando de uma economia de escala, em uma economia de escopo, a produção em massa de bens homogêneos padronizados e em grande estoque, passando cada vez mais a dar lugar à produção em pequenos lotes com variados tipos de produtos personalizados. A realização do trabalho mecanizado, parcelizado por tarefa única tem-se alterado pela difusão do trabalho de múltiplas tarefas, acompanhado pela desregulamentação dos direitos sociais.

Estas mudanças ocorrem num momento histórico em que ocorrem mudanças na direção da desregulamentação das relações de trabalho, a partir dos anos 1990, em que se observou o aumento da disseminação da subcontratação e terceirização do trabalho, das formas e vínculos de trabalho atípicos, advindos de um fenômeno intitulado de flexibilização (CASTEL, 2010; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011).

Harvey (2010) chama a atenção para esta nova dinâmica do capitalismo, derivada da crise do fordismo e da reorganização das forças neoliberais com repercussões nas relações de trabalho, sendo entendido pelo autor como um processo de acumulação flexível, caracterizado pela flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo. Para Druck (2002), essa flexibilidade do trabalho manifesta-se na proliferação dos vínculos de trabalho atípicos, como o informal, o trabalho temporário, as diversas formas de subcontratação e terceirização, entendendo, assim, que essas práticas nas relações de trabalho compõem formas de flexibilização que

se espalham nas diversas atividades produtivas, no comércio e serviços nos âmbitos local-nacional-global. Sobre a flexibilização, Castel ao tratar deste processo especificamente na França, o divide em duas acepções: a flexibilização interna e a flexibilização externa, a primeira se trata da polivalência dos trabalhadores frente a um contexto de desemprego e combate à rigidez do taylorismo-fordismo; a segunda, às etapas de externalização do processo produtivo, expressas, sobretudo, pela terceirização e subcontratação.

Seguindo nesta linha, este trabalho recorre à definição de flexibilização apontada por Druck (2011): “(...) a flexibilização como um processo que tem condicionantes macroeconômicos e sociais, derivados de uma nova fase de mundialização/globalização do sistema capitalista, hegemônico pela esfera financeira.” (DRUCK, 2011, p. 69). A autora ainda nos traz outra questão para reflexão ao afirmar que a flexibilização é um fenômeno que age de maneira indissociável da precarização, onde torna necessário recorrermos a Leite (2011, p. 31), que afirma: “o conceito de precarização remete à ideia de deterioração, de degeneração, ou seja, de perda de direitos associados ao trabalho, de conquistas anteriormente observadas”. Sendo assim, segundo as autoras ambos os fenômenos surgem e se desenvolvem como tendências de caráter complementar, manifestando-se de diversas formas, dentre elas a subcontratação, objeto de estudo deste trabalho.

Através da contribuição de Cavalcante e Marcelino (2012, p. 338) entende-se terceirização como “(...) todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo último é a redução de custos com a força de trabalho e/ou a externalização dos conflitos trabalhistas”. Os autores caracterizam o processo de terceirização no cenário brasileiro como sendo indissociável da precarização das condições de vida da classe de trabalhadores, assim como da ampliação da exploração do trabalho. Por meio disto entendendo-se assim que o conceito de subcontratação estará associado às atividades caracterizadas e classificadas como de caráter final (PINHEIRO, 1999).

### 2.3 Trabalho feminino e a divisão sexual do trabalho

A mulher, no seu processo histórico e identitário, vem assumindo posições de responsabilização por diversas atividades que a ela são impostas, a exemplo das atividades na esfera do trabalho reprodutivo e produtivo, mesmo com o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho. A identidade feminina, portanto, vai sendo constituída mergulhada em elementos de naturalização destes papéis dentro dos padrões da sociedade brasileira, levando a mulher a exercer os papéis de trabalhadora e dona de casa, com pouca participação masculina neste processo, o que a coloca, muitas vezes, em condição de subordinação à figura masculina, seja na esfera doméstica (ao pai ou esposo), seja na esfera do trabalho (CHIES, 2010).

Hirata e Kergoat (2008) apresentam o conceito de divisão sexual do trabalho, como a maneira de divisão do trabalho social, manifestando-se em decorrência das relações sociais estabelecidas entre os sexos. As autoras apontam, a partir disto, a designação masculina para a esfera produtiva e para as mulheres a designação da esfera reprodutiva. Define-se, assim, a existência de dois princípios presentes na divisão sexual do trabalho, o que as autoras nomeiam como princípios organizadores, estes podem ser compreendidos como: o princípio da separação, o que segundo as autoras seria

caracterizado pela existência de trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e o princípio da hierarquia, visto como um trabalho de homem “valer” mais do que o de uma mulher.

As autoras ainda discorrem apresentando o acúmulo de atividades domésticas e profissionais das mulheres brasileiras e como estas estão presentes nas camadas mais pobres, realizando assim atividades precárias e com remuneração informal, “Elas se viram acumulando empregos precários e intermitentes, atividades informais mal remuneradas, muitas vezes realizadas em casa (...) trabalho doméstico e cuidado dos filhos.” (HIRATA, KERGOAT, 2008, p. 275).

A partir dos estudos apresentados por Ávila e Ferreira (2014), constatou-se que atualmente as mulheres estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho, embora isto não implique em transformações em relação ao trabalho doméstico, o trabalho reprodutivo permanece assim essencialmente sob responsabilidade das mulheres, o que verificamos porém, consiste na inserção feminina em mercados formais e informais, para suprir uma necessidade social, com finalidade de sua manutenção, da sua própria família e por fim para sua própria autonomia.

O estudo ainda nos informa, que o mercado de trabalho para as mulheres se configura por meio da divisão sexual do trabalho, cuja uma das principais características manifesta-se a partir da precarização do trabalho para as mulheres, tendo por consequência a redefinição das jornadas de trabalho, o que pode gerar maiores jornadas, assim como a existência e desenvolvimento de trabalho simultâneo, acarretando assim implicações entre o trabalho reprodutivo e produtivo.

Sendo assim, assumindo como base os conceitos apresentados acima e a pesquisa de Alves e Cunha (2010), que conceitua o trabalho a domicílio como a atividade executada em ambiente doméstico, pode-se adotar duas possíveis direções: a primeira de modo autônomo, quando este possui o produto diretamente comercializado com os compradores, assumindo assim uma característica artesanal ou quando o trabalho pode ser considerado de cunho remunerado, encomendado por terceiros, onde parte do produto será confeccionado no local. Fundamentado nisto, as autoras analisam o trabalho doméstico sob uma perspectiva de gênero e relacionam uma série de fatores que contribuem para essa questão, dentre elas: a liberdade de horário e ritmo que as atividades lhe proporcionam uma vez que ocorre juntamente com as atividades domésticas, favorecendo o envolvimento principalmente de mulheres casadas, que possuem dentro de suas atividades a organização do lar e da família, acabando por contribuir para a adesão feminina em trabalhos considerados flexíveis, informais e sazonais, o que podemos constatar nos diálogos informais ao longo do início da pesquisa.

### **3. Metodologia**

De acordo com os fins propostos, esta pesquisa está situada nos estudos organizacionais críticos, inspirados no pensamento de Marx (1982), ao procurar desvelar as lógicas de exploração do trabalho por trás da atividade de artesanato, combinando elementos de ordem econômica aos significados assumidos pelos sujeitos. Para isto, seguimos por uma investigação exploratória e de caráter qualitativo, visando caracterizar as condições de trabalho das mulheres subcontratadas no Alto do Moura, dando voz aos próprios sujeitos, configurando aquilo que Richardson (2009, p. 90) conceitua como “a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados.”

Pode-se entender o *locus* do estudo como a Comunidade do Alto do Moura, em que as pesquisadas foram 11 mulheres que atuam no processo de pintura das peças em barro, delimitando àquelas que residiam no bairro. Para a seleção das trabalhadoras, adotou-se a estratégia *snow ball* (VERGARA, 2009), em que as envolvidas indicaram outras “pintoras”, chegando ao total de onze nesta fase da pesquisa. Deste modo, a produção do material empírico ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, as quais, segundo Minayo (2001), garantiram a capacidade de obter informações pelos relatos das entrevistadas, manifestando-se em informações com profundidade. Para Minayo (2001), os trabalhos qualitativos não se fundamentam no valor numérico da amostragem, mas nos sujeitos que possuem vinculação significativa com o problema a ser estudado. A estratégia de análise das entrevistas foi a análise de conteúdo temática, na linha de Bardin (1977).

#### 4. Discussão dos resultados

##### 4.1 Perfil das Pesquisadas

Como dito no capítulo metodológico, neste estágio inicial da pesquisa de campo, onze mulheres relataram o cotidiano de trabalho na pintura de peças figurativas, decorativas e utilitárias no Alto do Moura. As informações que sintetizam o perfil socioeconômico das entrevistadas estão dispostas no quadro abaixo.

<b>Pesquisadas</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Estado civil</b>	<b>Tempo na atividade (anos)</b>
Trabalhadora 1	----	----	Casada	20 anos
Trabalhadora 2	32 anos	Ensino Médio Incompleto	Casada	11 anos
Trabalhadora 3	20 anos	Ensino Médio Incompleto	Casada	14 anos
Trabalhadora 4	30 anos	Ensino Médio Incompleto	Casada	8 anos
Trabalhadora 5	23 anos	Ensino Médio Incompleto	Casada	2 anos
Trabalhadora 6	34 anos	Ensino Médio Incompleto	Casada	12 anos
Trabalhadora 7	44 anos	Ensino médio completo	Divorciada	18 anos
Trabalhadora 8	43 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Casada	28 anos
<b>Pesquisadas</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Estado civil</b>	<b>Tempo na atividade (anos)</b>

Trabalhadora 10	29 anos	Ensino Fundamental Incompleto	Casada	13 anos
Trabalhadora 11	----	Ensino médio completo	Casada	2 meses

Como pode ser visto, as entrevistadas possuem idade entre vinte e quarenta e quatro anos. Ao longo da pesquisa notou-se, porém, que a maioria possui idade entre trinta e trinta e sete anos.

Ao analisarmos a história de vida das entrevistadas, por meio dos relatos adquiridos ao longo da pesquisa, notamos que, em sua maioria, as trabalhadoras possuem sua naturalidade no município de Caruaru, porém não residiam no Alto do Moura. Do total de onze entrevistas, sete mencionaram que se mudaram para o bairro após o casamento.

Outro ponto complementar a este e que pode ser destacado no perfil destas mulheres consiste no fato de que o início da atividade de pintura das peças, em sua maior parte, ocorreu após o casamento. Na grande parte dos relatos, o esposo já possuía alguma ligação com a produção artesanal do bairro, seja na produção completa da peça, na condição de artesãos, seja trabalhando em etapa do processo produtivo, enquanto membro de grupo familiar com antiga inserção no artesanato local.

Este é um ponto interessante para a análise e já nos conecta com a discussão trazida por Hirata e Kergoat (2008) quanto à condição da mulher no trabalho produtivo frente ao homem, muitas vezes inserida em condições de subalternidade frente ao homem, visto que a relação de dominação pode se manter, para além do trabalho reprodutivo, ao ser introduzida na atividade do artesanato, no meio social novo e estranho à socialização primária, por meio do esposo. De outro lado, o casamento contribuiu para a inserção feminina no mercado de trabalho (mesmo informal) para aquelas mulheres que não tinham até então ocupação definida.

O grupo de entrevistadas formado por quatro mulheres que são oriundas do bairro, porém, demonstra que a entrada na atividade de pintura ocorreu ainda na infância ou adolescência. As Trabalhadoras 8, 9 e 10 compartilharam durante a entrevista que estavam vinculadas, ao longo deste período de suas vidas, com o artesanato, seja através de um dos familiares, figura esta representada essencialmente pela mãe ou até mesmo por todo núcleo familiar, que realizava alguma atividade de caráter artesanal, o que facilitou e proporcionou sua entrada no processo produtivo. Como mencionado pela Trabalhadora 8: *“sou daqui do Alto do Moura, minha mãe era artesã, meu pai era agricultor, eu só pinto, faz uns 20 anos, eu tenho 43, comecei com uns 20 ... não, foi mais cedo comecei com 15, eu comecei pintando mesmo (...).”*

A inserção desde cedo no trabalho, pela via do artesanato, aliado ao casamento também ainda na juventude, gerou repercussões nos estudos, no sentido da descontinuidade deste e mesmo certa desvalorização do estudo frente ao trabalho, conforme relato de uma das mulheres que afirmou não ser vantajoso concluir os estudos, pois os ganhos financeiros não compensam o esforço dispendido. Neste sentido, ao verificarmos a escolaridade das entrevistadas, estas passam a ser caracterizadas por possuírem geralmente o ensino fundamental e médio incompleto, com exceção das Entrevistadas 7 e 11, que concluíram o ensino magistério médio.

No que se diz respeito às peças, o bairro é comumente associado a sua produção figurativa, decorativa e utilitária, embora os dois últimos, respectivamente, sejam em menor número de produção. Constatamos que este fato possui reflexo também na atividade de pintura das peças, a maiorias das entrevistadas declarou pintar em sua maior



parte peças intituladas por elas como bonecas, tais como namoradeiras, baianas, negra maluca, trios, bandas, dentre outras; apenas a Trabalhadora 11 afirmou que trabalhava exclusivamente com peças decorativa-utilitária.

Nas seções que seguem, estão explicitados os achados da pesquisa de campo, em andamento, e que foram organizados priorizando quatro eixos temáticos derivados da discussão teórica e do conteúdo das entrevistas, quais sejam: Processo de trabalho; Trabalho flexível e precário; Desigualdades de gênero; Dupla jornada de trabalho. Estes eixos temáticos estarão compondo o conteúdo da seção central de discussão a seguir.

#### 4.2 Trabalhadoras Subcontratadas - “As pintoras” do artesanato Caruaruense

Na atividade do artesanato ceramista, podemos verificar a pintura como a última parte do **processo de trabalho** concernente à confecção das peças. Gonçalves e Almeida (2013) destacam que tal processo irá desenvolver-se a partir da natureza da peça e sua respectiva representação, conforme relatam algumas mulheres:

A gente pinta a pele primeiro, veste ela [a boneca], faz o cabelo e depois desenha, dá o retoque e depois que seca o banho de cola. Eu uso mais o pincel, eu uso as bombinhas também, aquelas bombinhas a gente usa para fazer as bolinhas, mais nas galinhas, ou algum detalhe, já pra fazer a flor a gente usa mais o pincel (Trabalhadora 1, Entrevista em 05 de julho de 2018).

Ela (a peça) vem crua, aí coloca o preto, é preto, cor de barro, depois coloca os cabelos, veste, depois que veste, desenha para depois retocar, colocar olho e o batom, essas coisas, eu escolho as cores, as cores que combinem com o desenho e com o vestido. Na maioria das vezes eu pinto de bolinha, as que eu pinto em casa eu pinto de flor (Trabalhadora 7, Entrevista em 05 de julho de 2018).

No relato das entrevistadas, percebemos que a atividade de pintura se configura como trabalho manual, repetitivo e que exige destreza e acabamento detalhado, porém algumas ferramentas são introduzidas no processo de trabalho, indicando possibilidade de improviso e criatividade por parte das mulheres. Outro ponto importante é que a pintura está atravessada por relações de trabalho desenvolvidas através da terceirização e subcontratação destas mulheres, que recebem orientação prévia, muitas vezes, de como deve ser feito o trabalho. Vejamos o relato da Entrevistada 3: *“a pintura assim, sou eu que escolho, algumas vezes ele diz as cores da pele, pele morena, cor de barro, se é negra, as cores vermelha, branca, quantas, mas as outras coisas, o desenho sou eu”*

Nota-se nos relatos que as trabalhadoras se ocupam com parte do processo produtivo, não se caracterizando propriamente como divisão do trabalho em termos taylorista-fordista, apesar da presença da repetição e do cumprimento de metas por produtividade, mas o seu trabalho compõe etapa que foi externalizada e é realizada fora das oficinas de artesanato, inserindo-se, portanto, num processo de especialização flexível nos termos de Harvey (2010).

Outro fator que se torna presente e determinante neste processo, consiste na noção de precariedade. Adotamos neste texto o conceito defendido por Leite (2001), ao classificar trabalho precário como toda forma de trabalho que se diferencia do padrão homogêneo e estável adotado até os anos 1970. Verificamos isso a partir da Trabalhadora 3:

(...) porque a gente trabalha e trabalha, e assim quando tá no tempo bom a gente ganha muito, mas quando entra no tempo ruim é aquela coisa, tem semana que é duzentas, trezentas peças no tempo bom, mas no tempo ruim é cinquenta, cem peças, aí essa é a desvantagem (Trabalhadora 3, entrevista em 05 de julho de 2018).

As subcontratadas do Alto do Moura, assumem em sua maioria, que não possuem MEI (Micro Empreendedor individual), sendo assim as mulheres surgem desprotegidas legalmente no que se refere ao trabalho, desempenhando um trabalho instável e vulnerável, conforme apresentado por Leite (2001), apesar de verem na atividade de pintura uma vantagem frente ao trabalho assalariado anterior, por terem maior liberdade, principalmente para conciliarem a pintura com os afazeres domésticos, conforme afirma a Trabalhadora 3 (veremos este ponto mais detidamente na sequência dos resultados):

Antigamente eu era vendedora, de lojas lá no Centro, eu comecei a decidir trabalhar com barro, porque eu trabalho pra mim, antigamente eu trabalhava para os outros hoje eu trabalho para mim, eu acho melhor (...) Trabalhar pra outra pessoa, patrão que manda em você, hoje eu não tenho ninguém mandando em mim, eu trabalho para mim mesma, e trabalhar com peças de barro, pra mim é melhor porque você se inspira muito na arte, e trabalhar com o público é muito difícil pra vendedora e eu não gostava não, gosto de trabalhar mais pra mim (Trabalhadora 3, Entrevista em 5 de julho de 2018).

Quando analisamos o processo pelo qual ocorre a remuneração das subcontratadas, notamos que as relações de pagamento sofrem o impacto da **flexibilização e da precariedade** dos vínculos que regem a contratação das subcontratadas. Verifica-se que nove das onze subcontratadas, possuem sua remuneração associada à produção, recebendo de maneira semanalmente, nos remetendo às discussões de Harvey (2010) e Druck (2002). Como o expresso pela Trabalhadora 6: *“a gente recebe por semana, pela quantidade de peça que pintou, é variado porque cada peça tem um preço a grande tem um preço e a pequena tem outro preço.”* (Trabalhadora 6 entrevista em 05 de julho de 2018).

No que se refere às jornadas de trabalho, as mulheres subcontratadas apresentam em sua fala, a realização de grandes jornadas de trabalho, que em muitas vezes ultrapassam a atividade integral, chegando assim a desempenharem uma produção noturna (DRUCK, 2002).

(...) de dia eu pinto aqui e a noite eu faço serão em casa, (...), se eu pegar de manhãzinha e não me empalhar pinto 100 bonecas no dia, é porque empalha tem filho aí tem que fazer almoço, tem escola, eu acordo cedo, acorda de 5 horas, de 4 horas, pronto trabalho aqui até 6 horas da noite, vou para casa toma um banho, faço café, faço serão até 11 horas, meia-noite, mas eu chego aqui para pintar umas 7:30 da manhã (Trabalhadora 7, entrevista em 05 de julho de 2018).

Oito das onze entrevistas mencionaram que já fizeram ou fazem serão, os motivos estão associados principalmente à dificuldade de concluir a pintura, conciliando-a às atividades domésticas, mas para elas a liberdade de horário para o comprimento da atividade é uma das vantagens da subcontratação, conforme atestam os estudos de Alves e Cunha (2010).

Quanto à **divisão sexual do trabalho**, por meio, das entrevistas pode-se chegar à conclusão que as Facções Artesanais, surgem nesse contexto, principalmente no ambiente

doméstico, oito das onze trabalhadoras analisadas por esta pesquisa desempenhavam a atividade subcontratada em um dos cômodos da sua própria residência, conciliando assim funções reprodutivas e produtivas no ambiente doméstico, como mencionado pelas Trabalhadora 5: *“Eu acordo, arrumo meu filho para ir para o colégio, tomo meu café e sento aqui para fazer as peças, eu acordo umas 6 horas, arrumo a casa e começo a pintar umas 8 horas, paro somente para almoçar (...).”* (Trabalhadora 5 entrevista em 05, de julho de 2018).

Alves e Cunha (2010), descrevem também em seu estudo que o trabalho produtivo realizado em ambiente doméstico, assume uma conexão com o trabalho reprodutivo, fazendo com que ocorra uma confusão entre a unidade doméstica e a unidade de produção, fato presente nos discursos da maioria das entrevistadas, como o da Trabalhadora 8: *“Eu acordo, umas 6:00 da manhã, faço café, coloco meus meninos para escola, arrumo as coisas e começo a trabalhar, começo umas 8:30, 9:00 horas, vou até 8:00, 9:00 horas da noite, mas aí você para pra fazer outras coisas, arrumar a casa, cuidar dos meninos.”* (Trabalhadora 8 entrevista em 05, de julho de 2018).

Ao se analisar a exposição da fala das mulheres, notou-se ainda a existência da reprodução daquilo que entendemos como dupla jornada de trabalho, conforme apresentado por Ávila e Ferreira (2014), as mulheres buscam conciliar a jornada remunerada e a não remunerada. Como apresentado pela Trabalhadora 1:

Eu acordo, aí eu, faço café para os meus filhos, dou para eles, faz o almoço, arrumo a casa, e depois eu venho pra cá pintar, passo o dia todinho aqui pintando, aí quando é hora de almoço, eu dou almoço pra eles, também lavo louça, arrumo lá, ponho eles no colégio, aí depois eu volto a trabalhar, até a hora que eu pegar eles no colégio, aí à noite eu também dou banho neles, a gente janta, (...). (Trabalhadora 1, entrevista em 05 de julho de 2018).

É possível identificar através deste relato, o que Hirata e Kergoat (2008) classificaram como princípios da divisão sexual do trabalho, as subcontratadas tornam evidentes os princípios: da separação por meio da pintura das peças, atividade normalmente desempenhada pelo núcleo feminino; Seja pela realização de atividades domésticas, como as descritas acima.

O ponto seguinte, está vinculado ao que Hirata e Kergoat (2008), intitularam como rede informal de solidariedade, o que caracteriza o acúmulo de tarefas e a realização de atividades conciliadoras, no contexto do trabalho feminino brasileiro. Identificado pela Trabalhadora 3:

Mas atualmente as funções da casa é dividida, porque minha sogra tá morando comigo, ai a gente divide as funções, mas antes eu fazia normal, dava pra fazer normal as coisas, é só diminuir um pouco da produção, como antes eu tinha que me dividir mais, ai minha produção era menor, ai agora minha produção aumentou. (Trabalhadora 3, entrevista em 05 de julho de 2018).

Ávila e Ferreira (2014), apresentam em seu trabalho, que a maioria das mulheres que contam com alguma ajuda, para cuidar de seus filhos pequenos, possui essa ajuda proveniente principalmente de outras mulheres, como é o caso da Trabalhadora 3, ela menciona que as atividades reprodutivas estão sendo desempenhadas pela sua sogra, o que eu facilita seu trabalho produtivo, o que segundo ela afeta positivamente sua própria produção, para a entrevistada a divisão atual das funções, lhe proporciona um aumento produtivo e por consequência de renda.

## 5. Considerações finais (preliminares)

As constantes alterações no mundo trabalho geraram impacto na Comunidade do Alto do Moura e o bairro vem se aproximando das configurações da flexibilização do trabalho, alterando e fazendo surgir novos modelos de produção, sendo assim refletidos diretamente nas novas relações de trabalho e contratação de trabalhadores, surgindo nesse ambiente a terceirização e a subcontratação.

As mulheres subcontratadas, objeto de estudo desta pesquisa, desempenham a função de pintura das peças, reproduzindo no âmbito desta atividade as condições precárias de trabalho, assumindo jornadas expansivas de produção, remuneração flexível, instabilidade e vulnerabilidade em relação ao seu trabalho.

Vale salientar, que tais trabalhadoras sofrem com a dupla jornada, desempenhando o trabalho remunerado e não remunerado, as mesmas executam seu trabalho regidas através da divisão sexual do trabalho, com pequena participação dos homens nas tarefas domésticas.

Diante dos resultados, até esta fase da pesquisa de campo, concluímos que o processo de pintura das peças surge como uma atividade majoritariamente feminina, as subcontratadas em sua maior parte estão trabalhando em ambiente doméstico, enfrentando e conciliando as funções reprodutivas e produtivas.

Na fase seguinte desta pesquisa, serão incorporados outros autores no debate teórico, a exemplo dos estudos de Marx sobre o trabalho no contexto do capitalismo, assim como aprofundar a discussão sobre o trabalho das mulheres no contexto nacional e internacional, recuperando as pesquisas de Safiotti. Quanto à pesquisa de campo, pretende-se dar continuidade incluindo outras mulheres-trabalhadoras e aprofundar outros elementos das entrevistas já realizadas com vistas a um maior aprofundamento.

## Referências

ALVES, A. E. S.; CUNHA, T.R.A. . Memória do trabalho domiciliar e gênero. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, 2010, Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

ÁVILA, M. B. M.; FERREIRA, V. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras, In ÁVILA, M. B. M.; FERREIRA, V. (Org.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. 1. ed. Recife: Edições Sos Corpo, 2014. v. 1. 105 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edições 70: Lisboa, 1977.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes: 2010.

CHIES, P. V. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto/2010.

DRUCK, G. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho In: **Cadernos CRH**, Salvador, n. 37, p. 11-22, jul./dez. 2002.

\_\_\_\_\_. Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro, In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; GOMES, D.; TARGINO, I. (orgs.). **Marchas e**

**contramarchas da informalidade do trabalho:** das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

FARIA, A. M.; SILVA, A. R. L. Artesanato nos estudos organizacionais: a literatura brasileira de 2006 a 2015, **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração** (UFF), v. 11, p. 120, 2017.

GONÇALVES, F. A.; ALMEIDA, A. M. B. A reestruturação produtiva e as implicações no trabalho artesão no Alto do Moura. In: **XXIX Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia**, 2013, Santiago do Chile, Chile. Acta Científica XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociologia, 2013.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2010.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Caderno de Pesquisas [online]**. 2007, vol.37, n.132, p.595-609.

HIRATA, H.; KÉRGOAT, D. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, A.O. et al. (orgs.). **Mercado de Trabalho e Gênero: Comparações Internacionais**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Dossiê Feira de Caruaru: Inventário Nacional de Referência Cultural. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie\\_feira\\_de\\_caruaru.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_feira_de_caruaru.pdf)>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

LEITE, M. de P. O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; GOMES, D.; TARGINO, I. (orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho:** das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária, 2011

LIMA, S. F. **Invenção e tradição um olhar plural sobre a arte figurativa do Alto do Moura**, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Instituto de Artes, Campinas, 2001.

MARCELINO, P.; CAVALCANTE, S. Por uma definição de terceirização. **Caderno CRH [online]**, v. 25, n. 65, p. 331-346, Salvador, 2012.

MARX, K. **Prefácio à obra Para a crítica da economia política (1859)**. In: MARX, Karl. Para a crítica da economia política. [Col. Os Economistas]. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MINAYO, M. de C. de S (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PINHEIRO, I. A. A externalização de atividades: fundamentos e experiências no setor de autopeças gaúcho. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 3, n. 2, mai./ago., 1999, p. 137-165.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEBRAE. **Relatório final:** Estudo econômico do arranjo produtivo local de Pernambuco. Recife: SEBRAE, 2013.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; GOMES, D.; TARGINO, I. (orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária, 2011

VERGARA, S. C. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

VITORINO, R. F. de O. MESTRE GALDINO: o ceramista poeta de Caruaru - PE. 2013. 231 f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Artes, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São Paulo, 2013.